



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7710 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

### CONTEXTOS E COMPREENSÕES DE SUJEITOS INTERDITADOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS DE FAZER CIÊNCIA

Jane Paiva - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Mayara de Oliveira da Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Julliana Ferreira Mendonça - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq, Faperj

### CONTEXTOS E COMPREENSÕES DE SUJEITOS INTERDITADOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS DE FAZER CIÊNCIA

O projeto de investigação conta com a participação de bolsistas de Iniciação Científica CNPq e Faperj, que contribuem, desenvolvendo seus planos de trabalho no sentido de colaborar para o atingimento dos objetivos da pesquisa. Tendo como questão central pôr em teste a categoria analítica de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009) vivido por sujeitos diversos de classes populares interditados do direito à educação e à escolarização, buscou-se arregimentar, pelas narrativas, elementos que confirmem ou contestem a formulação da autora, e verificando como esses elementos se conectam entre si, complexificando a compreensão do que é *dor* (perspectiva individual) e do que é *sofrimento* (perspectiva coletiva) na existência social e humana, impactando o princípio constitucional da dignidade humana. Assim, compreender os diversos contextos em que vivem sujeitos interditados do direito à educação e os efeitos dessa interdição em suas vidas implica conhecer suas trajetórias de vida, especialmente de grupos sociais cujas condições socioeconômicas e culturais tornam/tornaram difícil a frequência e permanência à escola. Essas trajetórias foram capturadas a partir de entrevistas face a face, quando emoções e sentimentos se expressaram nos relatos feitos por sujeitos jovens e adultos, ao rememorarem interdições sofridas para o exercício do direito à educação, tomando em conta, especialmente, contextos históricos e políticas socioeconômicas, culturais e educacionais.

Participando do Grupo de Pesquisa X, do Programa de Pós-Graduação em Educação X, junto a pesquisadores, mestrandos e doutorandos, profissionais da educação básica e interessados na temática, nos encontramos todas as terças-feiras — agora de forma remota, em plataformas virtuais —, quando realizamos leituras e discussões coletivas sobre reflexões de autores que ajudam a forjar o conceito de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009), visando compreender os sentidos revelados nas entrevistas face a face. Partindo-se da concepção metódica da entrevista compreensiva (KAUFMANN, 2013), com fundamentos da história oral, prevista no projeto investigativo, o roteiro inicial previamente elaborado pelo GP induziu as entrevistas, fazendo-se delas uma conversa bastante informal, deixando os entrevistados à vontade na construção de seus discursos e relatos de memórias.

Os espaços sociais do trabalho de campo para a oitiva dos sujeitos foram definidos pelo GP, alcançando diferentes regiões de todo o estado do Rio de Janeiro, por se haver assegurado recursos de agência de fomento, o que permitiu planejar a ampliação do alcance inicialmente sistematizado pelo mapeamento geográfico.

Até o momento a pesquisa atingiu oito municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo quatro na Região Metropolitana, a maior, com 19 municípios e maior concentração demográfica (Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias e Maricá); dois da Região Serrana (Teresópolis e Nova Friburgo); e dois na Região Norte Fluminense (Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana). Foram entrevistadas 26 pessoas, sendo nove mulheres e 17 homens, cujas idades variaram de 23 a 79 anos, com atividades profissionais ligadas à agricultura, à pesca, à preservação da identidade quilombola e indígena, de ambulante-morador de rua, com apenas duas mulheres que viviam de atividades de produção “industrial”, na confecção de roupas íntimas comercializadas em polo produtor do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, circunstâncias da dinâmica social do estado e, em seguida, a pandemia, impediram que alguns grupos/regiões fossem alcançados.

Organizamos o planejamento de equipes para as entrevistas e os dispositivos necessários para a chegada aos locais definidos; organizamos relatórios de campo, e materiais como termos de consentimento para uso de narrativas e imagens, atendendo exigências do Comitê de Ética. Realizadas as entrevistas, após agendamentos prévios, passamos a visualizar as filmagens e/ou gravações em áudio e fotos, pensando nos possíveis roteiros para a produção de audiovisuais (vídeos) dos entrevistados da pesquisa.

Indicamos dificuldades na parte técnica e de análise teórica do material revelado. Consequentemente, os pesquisadores dedicaram-se à melhoria do material produzido para a pesquisa, com base em críticas construtivas observadas. Aprofundamos o conhecimento sobre o uso de imagens no estudo e aguçamos o olhar dos integrantes do GP para melhorar o desempenho de cada entrevistador durante o trabalho de campo. O material coletado passou por processo de tratamento, transcrição/decupagem, marcação de minutagem de trechos destacáveis. Adotou-se na pesquisa o que Meihy e Holanda (2007, p. 133) conceituaram como transcrição, ou seja, “[...] ‘ação transformada, ação recriada’ de uma coisa em outra, de algo que, sendo de um estado da natureza, se torna outro”.

Apesar do momento em que vivemos, o GP segue atuando, enfrentando os desafios impostos em meio à pandemia. Utilizamos novos recursos e recorremos à tecnologia para continuar trabalhando juntos, debatendo textos, aprimorando ideias enquanto esperamos a volta, assim que possível, para novas entrevistas e continuidade da pesquisa.

Com base em Sawaia (2009) e outros autores em diálogo, formulamos a compreensão crítica sobre a categoria central da pesquisa, a partir de constelações analíticas religadas em rede de conceitos e noções imbricadas ao direito à educação. Pensamos que, dessa forma, poderemos definir modos como os sujeitos experienciam a dor da interdição à cultura escrita e o quanto percebem ser esta interdição resultante da desigualdade que os acomete e de injustiças sociais de que são vítimas.

**Palavras-chave:** educação de jovens e adultos; dignidade humana; direito à educação; sofrimento ético-político.

## REFERÊNCIAS

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

SAWAIA, Bader (org.). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. p. 97-118. *As artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MEIHY, José Carlos S. Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.